

CORREIO POLÍTICO

Fábio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Recursos mantêm Bolsonaro em evidência

Mesmo preso, Bolsonaro dita ritmo da política

O ex-presidente Jair Bolsonaro foi condenado a mais de 27 anos de prisão. Está preso. Incomunicável. Não tem acesso a redes sociais. Não dá entrevistas. Mas, mesmo assim, é ele ainda quem dita boa parte do ritmo da política brasileira. E muito disso acontece pela estratégia adotada por seus advogados de defesa. Os advogados sabem que boa parte dos diversos recursos que o tempo todo fazem ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes não têm sentido e serão negados. Mas obrigam Moraes a se manifestar. E, feito o pedido e feita a manifestação, mantêm Bolsonaro em evidência. Em evidência, Bolsonaro se mantém no debate político nacional.

Assim foi com a Papudinha

Orienta os humores do eleitorado nas pesquisas. E a eleição de outubro, assim, passa por ele. Assim foi na quinta-feira (15) após a decisão de Alexandre de Moraes de transferir Bolsonaro da sede da Polícia Federal (PF) para a área do Complexo Penitenciário de Brasília conhecida como Papudinha. A defesa de Bolsonaro reclamava dos 12 metros quadrados da sala do PF. E vai reclamar agora dele ficar em um espaço cinco vezes maior.

Fábio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Estilo duro de Moraes conta na estratégia

Estilo de Moraes vira armadilha

Na estratégia dos advogados de Bolsonaro, há ainda a crença de que o estilo explosivo de Alexandre de Moraes não irá falhar. Nos seus despachos, Moraes será sempre duro. Dirá que prisão não é "colônia de férias" e coisas do tipo. Ajudará, assim, a manter, um ambiente de vitimização, que será explorado com a ajuda das manifestações dos filhos e da esposa do ex-presidente, Michelle. No fundo, nada disso precisa fazer sentido. Para quem é contra Bolsonaro, bate a busca para ele de privilégios que outros presos não têm.

Copiado de Lula

Para quem é a favor, é a prisão injusta de um homem de mais de 70 anos com problemas de saúde. Os exageros de uma parte ou de outra não contam quando o que se deseja é mesmo manter esse clima de radicalização emocionada. Em parte, Bolsonaro e sua defesa não inventam muita coisa. No tempo em que esteve preso, o hoje presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez parecido.

POR
RUDOLFO LAGO

Diferenças

Há diferenças, porém. E só o tempo dirá o quanto vão pesar no futuro essas diferenças de estratégia. Lula procurou sempre passar a ideia de que não vergava com a prisão, de que a enfrentava com a disposição de reagir politicamente no momento em que readquirisse a liberdade para recuperar seu espaço.

Fragilizado

Já Bolsonaro centra-se na ideia de parecer fragilizado. Em parte, porque, de fato, tem problemas de saúde. Mas em parte porque se busca construir junto a seus seguidores a ideia de que agora seja uma espécie de mártir. Para alguns, acenando que, no seu caso, o trabalho já seria de sucessão do espólio.

Horizonte

Não parece haver no horizonte de Bolsonaro, a essa altura, uma perspectiva de revisão da sentença. Como havia no caso de Lula. Primeiro, no caso de Lula sua condenação não estava transitada em julgado. Ainda cabiam recursos. O episódio da Vaza Jato ajudou a anulação da condenação.

Combinação

Quando ficou claro que o então juiz Sergio Moro combinava com os procuradores acusações que viravam sentenças, o STF anulou as condenações. Lula não apenas ficou livre como teve recuperados seus direitos políticos. No horizonte próximo de Bolsonaro, essa não parece ser uma possibilidade. Daí, a diferença de estratégia.

Redução

Assim, no caso de Bolsonaro, o caminho que parece possível é reduzir ao máximo seu tempo de prisão. Como se busca no Congresso com o PL da Dosimetria. Bolsonaro, assim, cumpriria aí pouco mais de dois anos de prisão em regime fechado. Mas ainda assim não estaria automaticamente de volta à política.

Herança

O cenário talvez tenha feito Bolsonaro perceber que enfrentar a prisão com demonstrações de saúde e vigor talvez não fossem mais o melhor caminho. Mas se apresentar como um homem frágil e injustiçado que defenderia seu legado e construiria a sua sucessão e o nome de seu herdeiro.



Comportamento errático preocupa colegas de Dias Toffoli

Correio alertou sobre risco do Coaf mirar o STF

Moraes abriu apuração sobre vazamento de dados do Conselho

Por Beatriz Matos

O avanço das investigações sobre o Banco Master abriu uma frente sensível de apurações dentro do Supremo Tribunal Federal (STF). Ainda em dezembro do ano passado, uma apuração publicada no Correio da Manhã, na coluna Magnavita, já alertava para o risco de circulação e uso político de informações fiscais e financeiras de ministros do STF e de seus familiares.

Como mostrava a coluna, tais pessoas são classificadas como Pessoas Expostas Politicamente (PEPs) e, por essa razão, são monitorados pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Qualquer movimentação mais alta precisa ser alertada.

Tal situação ganhou contornos concretos nesta semana, quando o ministro do STF Alexandre de Moraes determinou a abertura de um novo braço de investigação dentro do inquérito das Fake News para apurar se documentos e dados sigilosos da Receita Federal e do Coaf teriam sido vazados e usados para alimentar reportagens e suspeitas envolvendo integrantes da Corte, no contexto do caso Banco Master.

Há uma suspeita de que seja essa a razão das decisões controversas que o ministro Dias Toffoli tem tomado na condução do inquérito sobre o Banco Master.

Nesta sexta-feira (16), Toffoli reduziu de seis para dois dias o prazo previsto para a realização de uma rodada de depoimentos da Polícia Federal, marcada para o fim do mês. A decisão ocorre no mesmo momento em que o ministro prorrogou a investigação por mais 60 dias, atendendo a pedido da própria corporação.

A mudança de prazos foi interpretada nos bastidores como mais um capítulo de uma condução considerada errática por investigadores e especialistas, especialmente diante das críticas já feitas por Toffoli à PF. Em decisões anteriores, o ministro chegou a apontar "falta de empenho" da Polícia Federal no andamento das apurações.

Questionamentos

Além da redução do prazo, Toffoli autorizou o acesso de quatro peritos da Polícia Federal ao material apreendido na segunda fase da Operação Compliance Zero, deflagrada em janeiro. Os investigadores irão utilizar equipamentos de última geração para tentar acessar o conteúdo de celulares e dispositivos eletrônicos recolhidos durante as diligências.

Em Brasília, cresce o temor de que conversas e documentos sensíveis acabem vazando, com potencial para comprometer autoridades dos três poderes. O próprio Daniel Vorcaro afirmou à Polícia Federal que mantinha contatos com figuras influentes.